

# OS AGENCIAMENTOS EM *PONCIÁ VICÊNCIO*

Luciano Nogueira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este estudo é o resultado da análise do romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, tendo como foco os agenciamentos revelados pela obra para a constituição da subjetividade da protagonista e, por extensão, da subjetividade afro-brasileira, uma vez que o tema do romance vincula-se à presença do segmento afrodescendente nas situações em que é confrontado com os poderes instituídos. A análise fundamentou-se, sobretudo, no conceito de agenciamento para auxiliar na compreensão das linhas de força da literatura negra: agenciamentos coletivos de enunciação, coeficientes de desterritorialização e reterritorialização, e predominância do político.

**Palavras-chave:** agenciamento, desterritorialização, literatura negra, Ponciá Vicêncio.

## Introdução

Este trabalho analisa o romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo<sup>2</sup> (2003), tendo como foco os agenciamentos revelados pela obra para a constituição da subjetividade da protagonista e, por extensão, da subjetividade afro-brasileira. No romance, destacam-se ações de personagens negros diante de situações em que se confrontam com os poderes instituídos. Narrado em terceira pessoa, através do discurso indireto livre, em fragmentos que se articulam entre o presente e o passado – o enredo traça a trajetória de Ponciá Vicêncio desde criança - quando morava no campo, com a mãe, o pai, e o irmão Luandi, num povoado chamado Vila Vicêncio, onde os seus avós haviam sido escravos - até a vida adulta – quando vai para a

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: mm1972ba@hotmail.com

<sup>2</sup> Conceição Evaristo (1946) nasceu em Belo Horizonte (MG) e reside no Rio de Janeiro desde 1973. Formou-se em Letras (Português-Literaturas) pela UFRJ, é Mestre em Literatura Brasileira pela PUC/RJ e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Participa dos movimentos de valorização da cultura negra no Brasil. Como escritora, cultiva a poesia, a ficção e o ensaio. Estreou na literatura em 1990, quando passou a publicar seus contos e poemas na série *Cadernos Negros*.

cidade, com sonhos de ter uma vida melhor. Desde garota, Ponciá sentia-se incomodada com a marca que trazia no próprio nome. Chama a atenção o fato de a menina, pouco menos de um ano após a morte do avô, começar a andar, como se o estivesse imitando, com um braço escondido às costas e com a mão fechada como se fosse cotó. Dizia-se no povoado que ele havia deixado uma herança para ela, mas não se sabia o que. Depois da morte do pai, ela decide deixar a mãe e o irmão no povoado e ir morar na cidade. Chegando lá, consegue apenas um emprego como empregada doméstica. Casa-se com um pedreiro, tem sete filhos, que morrem logo após o parto. Desiludida com a frustração dos seus sonhos, começa a sentir-se ausente de si própria, alheia de si mesma. Luandi, que havia ficado em vila Vicêncio, também decide ir para a cidade, para encontrar a irmã e trabalhar. A mãe de Luandi e Ponciá, Maria Vicêncio, vai à procura dos filhos. No final da narrativa, há o reencontro dos três e a realização da herança que o avô de Ponciá havia lhe deixado.

Em *Introdução à literatura negra*, Zilá Bernd (1987) afirma que a literatura negra vai construindo-se como *literatura menor*, mas o adjetivo “menor”, embora não a desqualifique, pode ser associado ao termo “marginal”, por isso, prefere a expressão *contraliteratura*, a seu ver, mais adequada. De qualquer modo, no livro *Kafka*: por uma literatura menor, Gilles Deleuze e Felix Guattari (1977) entendem que na literatura menor, por conta da exiguidade do seu espaço, o caso individual é imediatamente ligado à política, tornando-se, assim, necessário ser aumentado ao microscópio, na medida em que uma história se agita nele, de modo que uma de suas características consiste em assumir um valor coletivo. Ao verificar os elementos que caracterizam a literatura menor - em conformidade com o pensamento de Deleuze e Guattari -, Bernd (1987) diz que tais elementos correspondem às linhas de força daquilo que considera literatura negra: presença de um forte coeficiente de *desterritorialização*, predominância do político e emergência de enunciação coletiva e revolucionária - elementos que compõe o conceito de *agenciamento*, desenvolvido por Deleuze e Guattari, e no qual este trabalho, em grande medida, se fundamenta. Assim, para esclarecê-lo, foram desenvolvidas as seções “Um agenciamento e seus desdobramentos” e “Desterritorialização e reterritorialização”. Na sequência, buscou-se evidenciar os agenciamentos coletivos de enunciação implícitos no romance da autora brasileira, e a constituição da subjetividade da protagonista, Ponciá Vicêncio.

## Um agenciamento e seus desdobramentos

Sempre que for possível identificar e descrever uma conexão entre um conjunto de relações materiais e um regime de enunciados, está-se diante de um agenciamento coletivo de enunciação. Para Deleuze e Guattari (1995), em *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, volume 2, o enunciado é a unidade elementar da linguagem, *palavra de ordem* (comando), que funciona de modo coextensivo à linguagem. Isso pode ser explicado pela noção de ilocutório<sup>3</sup>, ou relações imanentes dos enunciados com os atos, chamadas por Ducrot de pressupostos implícitos ou não discursivos, que explicariam os agenciamentos coletivos de enunciação.

Aqui se faz necessário compreender o que Ducrot entende por *ato*. Primeiro, Ducrot, conforme Eduardo Guimarães (2010, p. 57), em *Os limites do sentido*, define *ação* como “toda atividade de um indivíduo caracterizada de acordo com todas as modificações que ela traz, ou quer trazer, ao mundo”. Segundo, define *ação jurídica* como uma ação que “se caracteriza por uma transformação das relações legais existentes entre os indivíduos concernidos”. Terceiro, Ducrot diz que *ato jurídico* é um caso particular de ação jurídica em que “se considera a transformação das relações legais como *efeito* primeiro da atividade e não como a consequência de um efeito logicamente ou cronologicamente anterior”. Para exemplificar, pode-se dizer que quando um juiz profere uma sentença judicial que transforma um acusado (por roubo, por exemplo) em condenado, tem-se uma ação jurídica, porque um crime, tal como define a situação jurídica de culpabilidade, é resultante de ações passíveis de punição, há uma relação de causa e efeito, e, nesse caso, há uma transformação das relações legais entre os envolvidos. Mas, visto que, entre a palavra do juiz e a transformação do acusado em condenado não há qualquer efeito (logicamente ou cronologicamente) aí intercalado, há também um ato jurídico.

---

<sup>3</sup> Conforme José Luiz Fiorin (2003), em *A linguagem em uso*, ao “comunicar uma frase, realizam-se um ato proposicional e um ato ilocucional. O primeiro corresponde à referência e à predicação, ou seja, ao conteúdo comunicado. O segundo, como pensava Austin, ao ato que se realiza na linguagem, ao dizer” (FIORIN, 2003, p. 173).

Então o que Deleuze e Guattari chamam de palavras de ordem é a relação de qualquer palavra ou enunciado com pressupostos implícitos<sup>4</sup>, isto é, com atos de fala que se realizam no enunciado. Conforme esses autores, “as palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma ‘obrigação social’” (1995, p. 11). É preciso, contudo, prestar atenção à distinção fundamental entre *ações e paixões* que afetam os corpos<sup>5</sup> e os *atos* que são atributos não corpóreos, ou o exposto de um enunciado, as *transformações incorpóreas*. Um primeiro exemplo desta distinção seria, de acordo com os filósofos franceses, a de que comer pão e beber vinho são, sem dúvida, mistura de corpos, assim como a comunicação com o Cristo também é uma mistura de corpos, mas, desta vez, propriamente espiritual, nem por isso menos “real”. Contudo, transformar o corpo do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo é uma *expressão* atribuída aos corpos. Outro exemplo seria a de que “os corpos têm uma idade, uma maturação, um envelhecimento; mas a maioridade, a aposentadoria, determinada categoria de idade, são transformações incorpóreas que se atribuem imediatamente aos corpos, nessa ou naquela sociedade” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 13).

Deleuze e Guattari afirmam que entre o enunciado e o ato existe uma relação imanente que é, antes de tudo, de *redundância* do ato e do enunciado, não uma simples identidade do enunciado e do ato. Para exemplificar essa redundância, dizem que os jornais, as notícias procedem por redundância, ao dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar. Disso resulta que

a linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas — o que é bastante diferente — transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 11).

---

<sup>4</sup> “O trabalho de Ducrot é o de incluir no seu objeto, o domínio do já-dito, não dito anteriormente, mas que está significado no enunciado. O pressuposto, como sentido implícito, é parte decisiva da deontologia da própria linguagem. Deontologia, ou seja, um tratado de obrigações inscrito na língua” (GUIMARÃES, 2010, p. 57).

<sup>5</sup> Conforme Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998, p. 65), em *Diálogos*, os corpos podem “ser físicos, biológicos, psíquicos, sociais, verbais, são sempre corpos ou *corpus*”.

A redundância possui as formas de *frequência* e *ressonância*. A primeira remete à *significância* da informação; a segunda diz respeito à *subjetividade* da comunicação. Com relação a estes dois elementos da redundância, significância e subjetividade, “não existe significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição”, de modo que elas “dependem da natureza e da transmissão das palavras de ordem em um campo social dado”, daí que “não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 12).

### **Desterritorialização e reterritorialização**

Em um campo social, há então o conjunto das modificações corpóreas (o conteúdo) e o das transformações incorpóreas (a expressão), mas cada um possui a sua própria forma<sup>6</sup>. O conteúdo e a expressão têm suas próprias formas, heterogêneas e independentes, existe uma pressuposição recíproca, mas não se pode atribuir à forma de expressão a simples função de representar:

A independência das duas formas, a de expressão e a de conteúdo, não é contradita, mas ao contrário confirmada, pelo fato de que as expressões ou os expressos vão se inserir nos conteúdos, intervir nos conteúdos, não para representá-los, mas para antecipá-los, retrocedê-los, retardá-los ou precipitá-los, destacá-los ou reuni-los, recortá-los de um outro modo (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21).

Deleuze e Guattari dizem que, ao expressar o atributo não-corpóreo, e simultaneamente atribuí-lo ao corpo, não há uma representação, mas uma intervenção, uma inserção, e isto é um ato de linguagem. Por isso, é preciso determinar pontos de intervenção, de inserção entre as duas formas. Isso pode ser explicado pela noção de *desterritorialização*: “expressão e conteúdo, cada um deles é mais ou menos desterritorializado, relativamente desterritorializado segundo o estado de sua forma” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22). A *desterritorialização* é o movimento pelo qual se

---

<sup>6</sup> É como na escola, a formalização da expressão “na lição de leitura e de escrita, e a formalização de conteúdo na lição de coisas (com seus conteúdos relativos próprios)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 84).

deixa o território<sup>7</sup>. Pode ser sinônimo de descodificação ou de quebra de um código. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. À tentativa de recompor um território que esteja num movimento de desterritorialização, Deleuze e Guatarri chamam de *reterritorialização*.

Logo, esses processos não podem ser desvinculados um do outro. Para entendê-los, pode-se pensar numa *ação* criminal que pode ser desterritorializante em relação a um regime de signos existente, e este, que expressa o ato de condenação, pode ser desterritorializante em relação às ações e reações daquele território. Como se pode inferir, há graus de desterritorialização segundo os quais conteúdos e expressões se conjugam, se alternam, se precipitam uns sobre os outros, ou efetuam uma reterritorialização. Se há graus de desterritorialização, e esta, como foi visto anteriormente, equivale a linhas de fuga, torna-se necessário entender no que se constituem estas últimas.

Conforme Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998), há três espécies de linhas, ou segmentos, que compõe indivíduos ou grupos. Essas linhas implicam dispositivos de poder<sup>8</sup> que fixam o código e o território do segmento correspondente. A primeira linha é entendida como sendo de segmentaridade dura. Na realidade, há muitas linhas dessa espécie: “a família - a profissão; o trabalho - as férias; a família - e depois a escola - e depois o exército - e depois a fábrica - e depois a aposentadoria” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 146). Todo indivíduo lida com esses grandes agenciamentos sociais, também chamados de agenciamento molares, que são definidos por códigos específicos. Essa primeira linha, então, pode ser equiparada a territórios com uma forma relativamente estável onde os indivíduos têm que se ajustar a máquinas binárias: de classes sociais; de sexos, homem-mulher; de idades, criança-adulto; de raças, branco-negro; de setores, público-privado; de subjetivações, em casa-fora de casa; dito de outro modo, com François Zourabichvili

---

<sup>7</sup> O termo “território” pode, por certo, implicar numa delimitação objetiva de um lugar geográfico, mas não é apenas isso, ele tem, sobretudo, um valor existencial, delimitando campos já conhecidos, com os quais o sujeito mantém vínculos que o fazem sentir-se amparado.

<sup>8</sup> O conceito de dispositivos de poder foi desenvolvido por Michel Foucault. Com esse conceito, Foucault (1999), em *Microfísica do poder*, diz que pretende “demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1999, p. 244).

(2004), em *O Vocabulário de Deleuze*, esses territórios “tendem a reduzir o campo de experimentação de seu desejo<sup>9</sup> a uma divisão preestabelecida” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 09), criando diretrizes de operacionalização para os sujeitos se posicionarem nos territórios constituídos.

Há uma segunda linha, chamada também de molecular, não tão perceptível quanto a anterior, que depende do modo como o indivíduo investe e participa desses grandes agenciamentos sociais. Nesta segunda espécie de linha, os indivíduos, mesmo limitando-se a comportar-se de acordo com as formas socialmente disponíveis, podem introduzir pequenas irregularidades, ou ainda efetuar ações involuntárias de agenciamentos próprios que “decodificam” as linhas de segmentaridade dura. Nesse caso,

as máquinas binárias já não têm poder algum sobre o real, não porque o segmento dominante (determinada classe social, determinado sexo...) mudasse, tampouco porque mistos do tipo bissexualidade, mistura de classes se impusessem: ao contrário, porque as linhas moleculares fazem correr, entre os segmentos, fluxos de desterritorialização que já não pertencem nem a um nem a outro, mas constituem o devir assimétrico de ambos, sexualidade molecular que já não é a de um homem ou de uma mulher, massas moleculares que já não têm o contorno de uma classe, raças moleculares como pequenas linhagens que já não respondem às grandes oposições molares (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 153).

A “história” que é contada de cada indivíduo se passa nos agenciamentos molares, mas as coisas que acontecem nos segmentos moleculares têm outro ritmo, porque um limiar é ultrapassado, e não coincide, necessariamente, com um segmento das linhas mais visíveis<sup>10</sup>. Por isso, “são tão penosas as histórias de família, as referências, as lembranças, enquanto todas as nossas verdadeiras mudanças passam em outra parte, uma outra política, outro tempo,

---

<sup>9</sup> Pode ter sido dado a entender que o desejo nasce do sujeito, mas não é isso. O desejo não se constitui previamente nem é um movimento que iria de dentro para fora: ele nasce fora, de um encontro. “O desejo não é, portanto, interior a um sujeito, tampouco tende para um objeto: é, estritamente, imanente a um plano ao qual ele não preexiste, a um plano que precisa ser construído, onde partículas se emitem, fluxos se conjugam. Só há desejo quando há desdobramento de determinado campo, propagação de determinados fluxos, emissão de determinadas partículas” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 105).

<sup>10</sup> “Uma profissão é um segmento duro, mas o que é que se passe lá embaixo, que conexões, que atrações e repulsões que não coincidem com os segmentos, que loucuras secretas e, no entanto, em relação com as potências públicas: por exemplo, ser professor, ou então juiz, advogado, contador, faxineira?” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 146-147).

outra individuação” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 146-147). A desterritorialização a que corresponde essa segunda linha pode ser considerada como relativa ou de borda e consiste em se reterritorializar de outra forma, em mudar de território.

Existe também uma terceira linha que, quando não encontra um plano de expressão para deixar passar os afetos que surgem do encontro dos corpos, pode ser chamada de desterritorialização absoluta. Segundo Zourabichvili (2004, p. 23), “a diferença relativo-absoluto corresponde à oposição entre a história e o devir, a desterritorialização absoluta sendo o momento do desejo e do pensamento”. Os agenciamentos artísticos são exemplos de desterritorialização absoluta quando fazem um investimento no caos, desestabilizando os territórios constituídos da primeira linha procurando novos modos de expressão para fazer pensar, ou fazer fugir um agenciamento estratificado.

### **Os agenciamentos coletivos de enunciação em *Ponciá Vicêncio***

Em Vila Vicêncio, apesar de os seus habitantes - ex-escravos, seus filhos e netos – viverem amparados pelo enunciado jurídico da lei que lhes assegurava liberdade e cidadania, havia uma situação de corpos (dos escravos com a terra, dos escravos com os ex-senhores) que fazia com que Ponciá tivesse a impressão de que nada havia mudado, isto é, a condição de cativos dos moradores da Vila permanecia como era antes da assinatura da lei:

O tempo passava e ali estavam os antigos escravos, agora libertos pela ‘Lei Áurea’, os seus filhos, nascidos do ‘Ventre Livre’ e os seus netos, que nunca seriam escravos. Sonhando todos sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de um poder que, como Deus, se fazia eterno. Depois de andar algumas horas, Ponciá Vicêncio teve a impressão de que havia ali um pulso de ferro a segurar o tempo (EVARISTO, 2003, p. 48-49).

Como visto anteriormente, as palavras de ordem são a relação de qualquer palavra ou enunciado com os seus pressupostos implícitos. A liberdade, garantida pelo enunciado jurídico da Lei Áurea, conforme encontra-se no romance, configura-se como um atributo não corpóreo, ou transformações incorpóreas, imediatamente atribuídas ao corpo dos



escravos. Dito de outro modo, havia os enunciados jurídicos que garantiam liberdade aos negros, mas, em contrapartida, na enunciação, os ex-escravos e seus descendentes sequer eram pensados como categoria social. Isto é, a exclusão social, pelas funções complementares de preconceito e discriminação, a que os negros foram submetidos, consistia em palavra de ordem, ou agenciamento coletivo de enunciação, para reforçar a dominação racial dos brancos. Um exemplo de que aos negros estava reservado um lugar diferente daqueles ocupados pelos brancos pode ser notado quando o coronelzinho, depois de saciar a sua curiosidade a respeito da capacidade dos negros de aprender a ler - ao ensinar ao pai de Ponciá os “sinais e as letras de branco”, e verificar que ocorria sim a aprendizagem -, questiona-se: “mas o que o negro ia fazer com saber de branco?” (EVARISTO, 2003, p. 18). Na fala do coronelzinho, subentende-se a circunscrição de um território negro destinado aos negros.

O agenciamento coletivo de enunciação, como foi visto com Deleuze e Guattari, pode ser definido pela redundância do ato (a enunciação) e do próprio enunciado que efetua as palavras de ordem, que não existem fora das significações dominantes. Disso resulta que a subjetividade é produzida por agenciamentos coletivos de enunciação, é sempre social. A subjetivação do negro, como se verifica em *Ponciá Vicêncio*, depende de uma ordem estabelecida de sujeição que consistia em manter o negro “em seu lugar”. Essa sujeição à ordem dominante é o que se verifica nos questionamentos que faz o pai de Ponciá Vicêncio:

Filho de ex-escravos, crescera na fazenda levando a mesma vida dos pais. Era pajem do sinhô-moço. Tinha a obrigação de brincar com ele. Era o cavalo onde o mocinho galopava sonhando conhecer as terras do pai. Tinham a mesma idade. Um dia o coronelzinho exigiu que ele abrisse a boca, pois queria mijar dentro. O pajem abriu. A urina do outro café escorrendo quente por sua goela e pelo canto de sua boca. Sinhô-moço ria, ria. Ele chorava e não sabia o que mais lhe salgava a boca, se o gosto da urina ou se o sabor de suas lágrimas. Naquela noite teve mais ódio ainda do pai. Se eram livres, por que continuavam ali? Por que, então, tantos e tantas negras na senzala? Por que todos não se arribavam à procura de outros lugares e trabalhos? (EVARISTO, 2003, p. 17).

Diante do exposto, fica evidenciado que o conteúdo - as modificações corpóreas, as relações que os corpos mantêm entre si, nesse caso, os ex-escravos e os seus descendentes

em relação ao corpo da terra e dos ex-senhores etc. – e a expressão – conjunto de transformações incorpóreas, isto é, os enunciados que afirmavam a liberdade para os negros – têm suas próprias formas, que são heterogêneas e independentes, não sendo possível atribuir à forma da expressão a simples função de representar o conteúdo. Note-se que as indagações feitas pelo Pai de Ponciá revelam que os enunciados de liberdade, o discurso jurídico, não representam a situação dos ex-escravos, o discurso da lei não descreve a condição do corpo dos alforriados, que têm a sua própria forma e o seu próprio desenvolvimento sem semelhança com o regime de signos da lei que estava, ao que parece, mais em concordância com o desenvolvimento econômico capitalista.

Sendo assim, o que há, conforme afirmam Deleuze e Guattari, é que a expressão intervém nos conteúdos para antecipá-los, retrocedê-los, retardá-los ou precipitá-los, destacá-los ou reuni-los, *recortá-los de um outro modo*. O regime de signos, os agenciamentos coletivos de enunciação desterritorializaram, recortaram de outro modo, o agenciamento de corpos do ex-escravos, antecipando-lhes um outro território. Dito de outra forma, o que se esperar de indivíduos cuja subjetividade havia sido constituída para ser escravo? Ora, pode-se afirmar que as alternativas que lhes restavam eram ser agregados, subproletários ou marginais, fato esse que pode ser percebido na narrativa, através do mecanismo utilizado pelos proprietários das terras para manter a relação produtiva de base, antes assegurada à força:

Há tempos e tempos, quando os negros ganharam aquelas terras, pensaram que estivessem ganhando a verdadeira alforria. Engano. Em muito pouca coisa a situação de antes diferia da do momento. As terras tinham sido ofertas dos antigos donos, que alegavam ser presente de libertação. E, como tal, podiam ficar por ali, levantar moradias e plantar seus sustentos. Uma condição havia, entretanto, a de que continuassem todos a trabalhar nas terras do Coronel Vicêncio (EVARISTO, 2003, p. 48).

Se se entende que indivíduos ou grupos são compostos de linhas, conforme Deleuze e Guattari, e a primeira dessas linhas, a de segmentaridade dura, cujos agenciamentos sociais são definidos por códigos específicos - que se caracterizam por uma forma relativamente estável e por um funcionamento reprodutor, formando, assim, territórios com

contornos bem definidos -, pode-se perceber por que, para os habitantes de Vila Vicêncio, a situação dos descendentes de escravos, a sua relação com o trabalho e com os seus ex-senhores, mesmo que indesejável, parecia ser de conformismo, “o coração de muitos se regozijava, iam ser livres, ter moradia fora da fazenda, ter as suas terras e os seus plantios” (EVARISTO, 2003, p. 48). É que os territórios já constituídos dão àqueles que os habitam a sensação de estarem “em casa”, com sua situação de corpos adequada às palavras de ordem implícitas, nesse caso, as de que os negros deveriam manter-se em seu lugar.

Daí pode-se entender por que, “para alguns, coronel Vicêncio parecia um pai, um senhor Deus” (EVARISTO, 2003, p. 48). O negro, não mais como escravo mas como agregado, continuaria morando e trabalhando nas terras dos seus ex-senhores, sem que aqueles se rebelassem contra estes, não sendo necessário nenhum recurso à força. Nota-se agora por que os ex-cativos pareciam estar conformados com a situação em que se encontravam. A narrativa possibilita, entretanto, perceber que essa aparente situação de acomodação não se dá de forma generalizada. Vô Vicêncio, ao receber o documento que lhe garantiria a posse de terras como doação do seu senhor, o rasga:

A família de Ponciá recebeu um papelzinho daqueles. O Coronel chamou Vô Vicêncio, que já chorava e ria. O homem levou o papel à boca prendendo entre os dentes a bondade escrita do Coronel. E ali mesmo, na presença do doador, com o braço cotoco escondido nas costas, com a outra mão com gestos rápidos e raivosos rasgou tudo. O pai de Ponciá, naquela época, era ainda moço solitário de companheiros e mulher (EVARISTO, 2003, p. 61-62).

Vale ressaltar que até mesmo os enunciados de contestação, de questionamento da ordem dominante – tanto no enunciado de Vô Vicêncio quanto naquele que o pai de Ponciá se faz ao refletir sobre a contradição entre a condição de liberdade enunciada e a situação de cativos na senzala - fazem parte dos agenciamentos da máquina. Conforme Deleuze e Guattari (1977, p. 119), o enunciado, de submissão ou de revolta, faz parte plenamente da máquina, “é sempre jurídico, isto é, se faz conforme regras, precisamente porque constitui o verdadeiro modo de emprego da máquina”, mas evidentemente importa, faz diferença, saber se o

enunciado é de contestação ou de submissão, pois é a partir deles que é possível saber o funcionamento do conjunto, seja “para modificá-lo, ou para fazê-lo saltar”.

Os agenciamentos coletivos de enunciação, com os seus pressupostos implícitos, as suas palavras de ordem, que evidentemente não representam os corpos, mas têm eficácia discursiva e material, uma vez que agem sobre os indivíduos, produzem subjetividades. Em Ponciá Vicêncio, é nítida a eficácia das narrativas de fracasso sobre aqueles que se arriscavam a deixar a vila:

Não entendia por que no povoado as pessoas temiam tanto a cidade. Algumas pessoas saíam e ficavam bem; entretanto, eles só lembravam, só repetiam os casos infelizes, as histórias de fracasso. [...] Outros e outros casos de conhecidos que saíam do povoado a caminho da cidade e eram roubados na estação de chegada. Perdiam o pouco que tinham e ali mesmo viravam mendigos (EVARISTO, 2003, p. 36-37).

Os enunciados repetidos pelos próprios habitantes de Vila Vicêncio sobre as histórias de fracassos daqueles que se aventuravam a sair do povoado corroboram a eficácia dos agenciamentos coletivos de enunciação que interferem nos corpos para fazê-los se conformar aos sistemas de significação dominantes. Ponciá, assim como os demais descendentes de escravos de Vila Vicêncio, herdou como marca de identificação o sobrenome do proprietário daquelas terras, o coronel Vicêncio. Mas, desde menina, esse sobrenome já lhe causava uma sensação de mal-estar, um estranhamento, e, à medida que crescia, essa sensação se amplificava:

Quando mais nova, sonhara até um outro nome para si. Não gostava daquele que lhe deram. Menina, tinha o hábito de ir à beira do rio e lá, se mirando nas águas, gritava o próprio nome: Ponciá Vicêncio! Ponciá Vicêncio! Sentia-se como se estivesse chamando outra pessoa. Não ouvia o seu nome responder dentro de si. Inventava outros. Panda, Malenga, Quietí, nenhum lhe pertencia também. Ela, inominada, tremendo de medo, temia a brincadeira, mas insistia. A cabeça rodava no vazio, ela vazia se sentia sem nome. Sentia-se ninguém. Tinha, então, vontade de choros e risos (EVARISTO, 2003, p. 19).

Ora, ao que parece, Ponciá não conseguia se vir refletida nos modelos identificatórios disponíveis para que ela se acomodasse. Aplicando a noção de agenciamentos molares e moleculares pode-se entender o que estava começando a se passar com Ponciá. Ela começava a perceber que os territórios formados pelo conteúdo (a família e o trabalho, os corpos dela e da mãe em relação ao trabalho com o barro, os corpos do pai e do irmão em relação ao trabalho nas terras dos brancos; a relação de dominação dos brancos sobre os negros) e pela expressão (os enunciados coletivos de enunciação que determinam o lugar que os negros deviam ocupar) geravam nela um cansaço, um mal-estar. Em outras palavras, os grandes agenciamentos sociais, ou linhas molares, que formam o território onde os indivíduos, para existir, precisam se ajustar e, por consequência, reduzir o campo de experimentação do seu desejo a divisões preestabelecidas, já não faziam mais sentido para ela:

De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver as terras dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis. Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer-se todo o dia (EVARISTO, 2003, p. 33).

Isto é, ela começava a se sentir desterritorializada. O conjunto de códigos que faziam com que os habitantes do povoado se sentissem em casa provocam nela uma sensação de angústia que a levou a perceber que a única chance que tinha para superá-la era extrair do seu desespero força, o desejo, para sair em busca de novos modos de significação. Entretanto, o desejo é sempre agenciado. Isso quer dizer que nasce de encontros, de associações. Assim, para que Ponciá pudesse perceber que o território em que se encontrava não lhe servia mais, foi necessário que tivesse encontros com outros corpos que despertassem nela afetos - sentimentais, estéticos, perceptivos, cognitivos - que, embora não fossem perceptivos, produziram efeitos. Isso pode ser constatado no encontro de Ponciá com padres que passaram pelo povoado, ensinando meninos e meninas, entre outras coisas, a ler e a escrever:

Quando os padres partiram, depois de terem cumprido todos os seus ofícios, Ponciá logo percebeu que não podia ficar esperando por eles para aumentar o seu saber. Foi avançando sozinha e pertinaz pelas folhas da cartilha. E em poucos meses já sabia ler (EVARISTO, 2003, p. 28).

Agenciada pelo encontro com a leitura - pois “no tempo em que vivia na roça, pensava que, quando viesse para a cidade, a leitura lhe abriria meio mundo ou até o mundo inteiro” (EVARISTO, 2003, p. 91) -, Ponciá desejava construir um novo território, diferente das posições sociais reservadas para ela, sua família e os moradores de Vila Vicêncio, tanto no campo quanto na cidade, de onde se ouviam relatos sobre o que acontecia com homens e mulheres que para lá partiam:

Viviam contando o acontecido com Maria Pia. A moça havia se contaminado com uma doença do filho do Patrão. O rapaz estava mau e falou de amor com ela. Ela queria, ela queria. Não precisava de ninguém saber, principalmente os pais dele. Podia ser ali mesmo, no quarto dela, nos fundos da cozinha. E o Raimundo Pequeno? Enganou-se com os amigos, crendo neles e seduzido pelo dinheiro que chegava tão rápido, aceitou vender tudo o que eles traziam. Chegou até a levar alguma coisa para a roça. Tudo muito bonito. Cortes de fazenda, enxoval, roupas, relógios, bolsas e até um rádio. Soube-se depois que os amigos de Raimundo fugiram e ele havia sido preso (EVARISTO, 2003, p. 36).

Decidira traçar uma outra linha para construção de um novo território: “haveria, sim, de traçar o seu destino. Ponciá deixara a mãe triste, sozinha” (EVARISTO, 2003, p. 36). Então, aos 19 anos, depois da morte do pai, ela deixa o campo e vai para a cidade (não nominada). Ela “havia tecido uma rede de sonhos” (EVARISTO, 2003, p. 26). Entretanto, ao chegar lá, sem dinheiro, “a primeira noite de Ponciá Vicêncio na cidade acabou sendo ali mesmo na porta da igreja” (EVARISTO, 2003, p. 40), onde dormiu. E o máximo que conseguiu foi trabalhar como empregada doméstica, na casa de uma família de cor branca, e, com a economia de anos, comprar um barraco na favela. Ou seja, embora estivesse tentando traçar um caminho, uma matéria de expressão, para deixar passar os afetos e assim constituir um território diferente das significações dominantes, Ponciá encontra, na cidade, um território concebido para enterrar as forças do seu desejo, evitando, assim, a sua expansão:

De que adiantara a coragem de muitos em escolher a fuga, de viverem o ideal quilombola? [...] O que adiantara? A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida (EVARISTO, 2003, p. 83).

Até a habilidade de ler - que ela achava que iria abrir-lhe o mundo inteiro -, de que no início gostava tanto, parecia não fazer mais sentido porque nos jornais e revistas que comprava encontrava sempre notícias do tipo: “Menino morre afogado na fossa”, “Pedreiro mata a mulher com quinze facadas”, ”Mulher de deputado presa por atentado ao pudor”, ”Desvio de verba na Prefeitura” (EVARISTO, p. 90-91). Ponciá começou a se questionar a respeito dos seus próprios sonhos: “o que acontecera com os sonhos tão certos de uma vida melhor? Não eram certezas! Certezas que haviam sido esvaziadas no momento em que perdera o contato com os seus. E agora feito morta-viva, vivia” (EVARISTO, 2003, p. 34). Esse vazio de sentido aparece habitado por fantasmas da sua infância pobre na roça:

Quando os filhos de Ponciá Vicêncio, sete, nasceram e morreram, nas primeiras perdas ela sofreu muito, ela chegava mesmo a desejar que a criança não sobrevivesse. Valeria a pena pôr um filho no mundo? Lembrava-se de sua infância pobre, muito pobre na roça e temia a repetição de uma mesma vida para os seus (EVARISTO, 2003, p. 82).

Então, numa linha de desterritorialização, Ponciá havia se tornado outra, em casa, “o pó avolumava-se por cima do armário velho. Pelos caibros do telhado acumulavam-se teias de aranhas e picumãs. As trouxas de roupas sujas cresciam dias e dias pelos cantinhos do quarto” (EVARISTO, 2003, p. 22). Embora o estado daquele ambiente fosse incômodo para ela, faltava-lhe coragem para mudá-lo. E o seu marido, na sua ignorância, sem saber o que estava se passando, a agredia:

Quando viu Ponciá, parada alheia, morta viva, longe de tudo, precisou fazê-la doer também e começou a agredi-la. Batia-lhe, chutava-a, puxava-lhe os cabelos. Ela não tinha gesto de defesa. Quando viu o sangue a escorrer-lhe pela boca e narinas, pensou em matá-la, mas caiu em si assustado (EVARISTO, 2003, p. 96).

Ponciá, num primeiro momento, em face da violência cometida contra a afirmação da vida, nesse caso, a vida dos negros, engajou-se corajosamente numa linha de fuga desterritorializante. Confrontada com as forças contrárias à vida, a protagonista pareceu sair do seu curso e seguiu numa direção de autodestruição. Sem saber, seguia a mesma trajetória do avô que acabara enlouquecendo por não suportar os maus tratos a que ele e a família a eram submetidos:

Numa noite, o desespero venceu. Vô Vicêncio matou a mulher e tentou acabar com a própria vida. Armado com a mesma foice que lançara contra a mulher, começou a se autflagelar decepando a mão. Acudido, é impedido de continuar o intento. Estava louco, chorando e rindo (EVARISTO, 2003, p. 51).

A herança que Vô Vicêncio havia deixado para Ponciá e que tanto a deixava curiosa para saber o que era - porque o seu avô não tinha bens, até mesmo os papéis que lhe asseguravam a doação de terras pelo Coronel Vicêncio, Vô Vicêncio os rasgara – começava a se manifestar. Ponciá tinha os traços e os modos de Vô Vicêncio. Havia enlouquecido como o seu avô: “tinha risos nos lábios, enquanto todo o seu corpo estremecia num choro doloroso e confuso. Chorava, ria, resmungava. Desfiava fios retorcidos de uma longa história” (EVARISTO, 2003, p. 131). A herança que Ponciá receberá parece ter sido a exclusão social, assim como tantos outros de mesma classe e origem étnica, colocados à margem da sociedade. A imersão na loucura tanto da protagonista quanto do seu avô pode ser entendida como uma tentativa frustrada de fuga de uma realidade opressora, construída e imposta. Poder-se-ia levantar o argumento, entretanto, de que a personagem principal traçou o seu próprio destino, seguiu o seu desejo. Então, surgiria o problema: como o desejo pode desejar a sua própria repressão, a sua própria escravidão? Pode-se responder, com Deleuze, que

À questão, como o desejo pode desejar sua própria repressão, como ele pode desejar sua escravidão, respondemos que os poderes que esmagam o desejo, ou que o sujeitam, já fazem parte dos próprios agenciamentos de desejo: basta que o desejo siga aquela linha, para ser levado, como um barco, por aquele vento. Não há mais desejo de revolução do que desejo de poder, desejo de oprimir ou de ser oprimido; mas revolução, opressão, poder etc., são linhas



componentes atuais de um agenciamento dado. Não que essas linhas preexistam; elas se traçam, se compõem, imanentes umas às outras, emaranhadas umas nas outras, ao mesmo tempo que o agenciamento de desejo se faz, com suas máquinas emaranhadas e seus planos entrecortados. Não se sabe de antemão o que vai funcionar como linha de declive, nem a forma do que virá barrá-la (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 154).

Dito de outro modo, as linhas de fuga, à procura de matérias de expressão para constituição de territórios que não preexistam, encontram resistência que - quando não as esmagam, como aconteceu com Ponciá, levando-a à loucura, oferecem orientações para seguir trajetórias que conduzem sempre a territórios fixos, molares, construídos pela perspectiva de forças contrárias à mudança.

### **Considerações finais**

O artefato cultural de Conceição Evaristo evidencia os territórios já constituídos para os afrodescendentes desde antes mesmo da abolição da escravidão. Mudam-se os enunciados, mas os pressupostos implícitos que os regem, e que são os princípios de constituição desses territórios, continuam. É como uma repetição periódica. Na desmontagem dos agenciamentos, verificou-se a subalternidade e a humilhação vivida pelas personagens, em diferentes contextos, tanto no campo quanto na cidade. Nesta, na construção de um sujeito submisso, tinha-se a prática do favor, que, no enunciado, dá, à parte mais fraca, mais miserável, o reconhecimento de que não é escravo. No campo, os libertos receberam terras que foram “doadas” pelos senhores como “presente” de libertação, desde que lhes entregassem a maior parte das colheitas. Na aparente submissão, ou conformação à ordem dominante, entretanto, escondia-se a maior revolta, claramente evidenciada tanto na ação de Vô Vicêncio ao rasgar os papéis que lhe garantiam a posse das terras doadas, quanto com os questionamentos que o pai de Ponciá e a própria protagonista faziam a respeito da suposta liberdade enunciada.

A análise da obra vai ao encontro da afirmação de Zilá Bernd a respeito da literatura como instrumento privilegiado para se atingir melhor a compreensão de si próprio e dos outros, mas esta função só pode ser realizada se usar como matéria-prima a vivência fundamental de cada um que, no caso do negro, se traduz pela experiência essencial de ser

negro em um mundo de brancos. Assim, *Ponciá Vicêncio* cumpre essa função, por destacar não só a experiência dos negros, mas também a subjetividade da mulher negra colocada como protagonista para descodificar o território da instituição dominante, que tradicionalmente representa a mulher negra por estereótipos. A narrativa de Conceição Evaristo introduz, na instituição canônica, um uso diferenciado. Não se trata, contudo, de construir, ao lado da língua dominante, um dialeto, que seria equivalente a estar dentro do código, mas fazer um uso diferente do código principal, para, como dizem Deleuze e Guattari (1995, p. 43), “conquistar sua própria língua, isto é, [...] conquistar a língua maior para nela traçar línguas menores ainda desconhecidas”.

## Referências

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma Literatura Menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2003.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 4 ed. Campinas, SP: RG Editora, 2010.

ZOURABICHVILI, François. *O Vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

## THE AGENCEMENTS IN *PONCIÁ VICÊNCIO*

## ABSTRACT

This study is the result of the analysis of the novel *Poncia Vicêncio*, by Conceição Evaristo, focusing the *agencements* revealed by the novel for the constitution of the protagonist's subjectivity and, by extension, the afro-Brazilian subjectivity, as the theme of the novel connects with the presence of the afro-descendent segment in situations in which they face the established powers. The analysis based mainly on the concept of agencement in order to understand the power lines of Black Literature: *collective agencements of enunciation*, coefficients of *deterritorialization* and *reterritorialization*, and political predominance.

**Keywords:** agencement, black literature, deterritorialization, Ponciá Vicêncio.

Recebido em 29/10/2015.

Aprovado em 11/12/2015.